PROCESSO Nº 185/2021 EDITAL DE LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇOS MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº.078/2021 LICITAÇÃO EXCLUSIVA ÀS BENEFICIÁRIAS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.

O Município de Santo Antônio da Patrulha, Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria Municipal da Administração, mediante Pregoeira, Sra. Mariana Castilhos de Souza e sua equipe de apoio, designados pela Portaria nº.1.086/2021, anexa ao processo, torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando o PREGÃO ELETRÔNICO Nº.078/2021, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, em conformidade com as disposições da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal n.º 10.024/2019, Decreto Municipal n.º 80/2020 e, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como, as condições a seguir estabelecidas. A presente licitação será exclusiva às beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006, nos termos do seu art. 48, inciso I, alterado pela Lei Complementar nº 147/2014.

1 - LOCAL, DATA E HORA

- 1.1. A sessão pública será realizada no site www.portaldecompraspublicas.com.br, no dia 08 de setembro de 2021, com início às 14h horário de Brasília DF.
- **1.2.** Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site descrito no item 1.1., até às 13:45 horas do mesmo dia (horário de Brasília-DF).
- **1.3.** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

2 - OBJETO

É objeto desta licitação a contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção predial, para atender as Escolas da Rede Pública Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental, bem como os prédios administrativos da Secretaria Municipal da Educação, através de Registro de Preços, de acordo com as especificações constantes no anexo I — Termo de Referência, parte integrante deste edital.

3 – PARTICIPAÇÃO / CREDENCIAMENTO

- **3.1. Poderão participar do presente pregão eletrônico SOMENTE as empresas beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006,** nos termos do seu art. 48, inciso I, alterado pela Lei Complementar nº 147/2014, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos e, estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.
- 3.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.
- **3.3.** O credenciamento do licitante, junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 3.4. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do



licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Santo Antônio da Patrulha, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5- Os licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem excluídos do certame pelo Pregoeiro.

4 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- **4.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrarse-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- **4.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- **4.3.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- **4.4.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- **4.5.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- **4.6.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- **4.7.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5 - ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS - ON-LINE

- **5.1.** A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, contendo marca do produto, valor unitário e valor total do item e demais informações necessárias, até o horário previsto no item 1.2:
- **5.1.1.** A proposta de preços deverá ser formulada e enviada em formulário específico, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.
- **5.2.** Somente poderão participar deste certame, as empresas beneficiadas pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, por isso deverá no momento do envio da proposta on-line clicar na declaração específica indicando o seu enquadramento como empresa de pequeno porte, microempresa ou cooperativa.
- **5.3.** O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.
- **5.4.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- **5.5.** Os itens de propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas no ANEXO I Termo de Referência deste Edital serão desconsideradas.

6 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- **6.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. Preço unitário e total do item.
- 6.1.2. Marca do produto ofertado.
- 6.1.2.1. Consignar apenas 01(uma) marca sob pena de desclassificação;
- 6.1.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de validade ou de garantia; e número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- **6.2.** A proposta deverá conter PREÇO UNITÁRIO e GLOBAL, ou seja, a multiplicação da quantidade estimada do item pelo respectivo preço unitário expresso em reais, sendo o total com 02 (duas) casas decimais, válido para ser praticado desde a data da apresentação da proposta até o efetivo pagamento.
- **6.3.** Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes nos preços totais ofertados até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula.

6.4 - Do encaminhamento da proposta vencedora:

- 6.4.1 Será declarado vencedor o licitante que ofertar menor valor para o item.
- 6.4.2 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
- 6.4.2.1 Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 6.4.2.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do Contrato ou da Ata de Registro de Preços e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 6.4.2.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam à Contratada.
- 6.4.2.4 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
- 6.4.3 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros, e no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 6.4.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 6.4.5. Poderão ser admitidos, pela pregoeira, erros de naturezas formais, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

6.4.6 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, atendendo os seguintes critérios:

- **a. Preço dos serviços por hora** de acordo com os preços praticados no mercado, conforme estabelece o art. 43, inciso IV, da Lei 8.666/93, sendo o valor relativo ao item (unitário e global) em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (R\$), considerando as condições deste edital;
- b. Apresentar planilha de composição de preços;
- c. Preço ofertado por metro quadrado em moeda corrente nacional, incluindo os tributos incidentes, despesas com encargos sociais, trabalhistas e outros pertinentes a prestação de



serviços do objeto licitado;

- **d.** Local, data, assinatura e identificação do signatário e descrição do objeto licitado, obedecidas às especificações constantes no anexo I do presente edital.
- e. Razão social, endereço completo e número do CNPJ.
- **f.** Todos os insumos que compõem o preço, tais como as despesas com combustíveis, motoristas, impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação, correrão por conta do proponente.
- **g.** Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão deste pregão eletrônico.
- **6.4.7** Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer das disposições deste edital, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis, bem como aquelas manifestamente inexequíveis, presumindo-se como tais, às que contiverem valores irrisórios ou excessivos, ou aquelas que ofertarem alternativas.
- **6.4.8** A apresentação da(s) proposta(s) implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.
- **6.4.9** Não serão aceitas propostas com ofertas não previstas neste edital, nem preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais proponentes.

7- DA ABERTURA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- **7.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, na data, horário e local indicado neste Edital.
- **7.2.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- **7.3.** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- **7.4.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- **7.5.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- **7.6.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- **7.8.** O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**, observando as regras de aceitação do mesmo.
- **7.9.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- **7.10.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- **7.11**. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO e FECHADO", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.



- **7.12**. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará quinze minutos, improrrogáveis.
- **7.13.** Encerrado o prazo do item "7.12", o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- **7.14**. Encerrada a sessão dos lances, com o decurso do prazo do item "7.13", o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- **7.15.** Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item "7.14", os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.
- **7.16.** Encerrados os prazos estabelecidos nos itens "7.14" e "7.15", o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.
- **7.17.** Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos itens "7.15 e 7.16", haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item "7.16".
- **7.18.** Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no item "7.17".
- **7.19.** Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- **7.20.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- **7.21.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- **7.22.** A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- **7.23.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3°, § 2°, da Lei n° 8.666/93, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:
- 7.23.1. Produzidos no País;
- 7.23.2. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- 7.23.3. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.23.4. Produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- **7.24.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 7.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o



melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

- **7.26.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- **7.27.** O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- **7.28.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- **8.1.** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.
- **8.2.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- **8.3.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- **8.4.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceito pelo Pregoeiro.
- **8.5.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- **8.6.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- **8.7**. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
- **8.8**. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- **8.9.** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- **8.10.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9. DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos de habilitação deverão ser anexados ao Portal de Compras Públicas para fins



de participação obedecendo ao prazo final de inserção das propostas de preços.

- 9.1.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 9.1.2. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:
 - a) Ato constitutivo, estatuto em vigor ou **Contrato Social**, e, a última alteração (se houver) da empresa, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; Registro comercial, no caso de empresa individual;
 - b) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
 - c) Certidão Negativa da **RF e da PGFN e as contribuições sociais** previstas nasalíneas "a" a "d" do § único do Art. 11 da Lei 8.212/91;
 - d) Certidão que prove a regularidade para com a Fazenda Estadual;
 - e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicilio ou sede do proponente;
 - f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
 - g) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicilio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual.
 - h) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou execução patrimonial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de expedição de no máximo 60 dias;
 - i) Prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
 - j) Comprovação de aptidão técnico-operacional, em nome da empresa, para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com os objetos dalicitação, que será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
 - **k) Declaração** expressa do licitante, de que tem conhecimento e aceita todos os termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 078/2021, em prazo não superior a 30 (trinta) dias da data designada para a apresentação do documento.
- 9.2- As empresas deverão apresentar documento que comprove o seu enquadramento como empresa de pequeno porte, microempresa ou cooperativa, através de documento emitido pela JUNTA COMERCIAL, ou declaração firmada por seu representante legal, sob penas da lei, de que é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, ambas com prazo de emissão inferior a 180 (cento e oitenta) dias.
- 9.2.1- Caso a empresa não comprove seu enquadramento, conforme item 9.2, terá os itens por ela vencidos desclassificados, e acarretará abertura de Processo Administrativo Especial sujeitando o licitante as penalidades legalmente cabíveis.
- **9.3-** Os documentos deverão estar em nome do licitante, com o número do CPNJ e endereço respectivo, observando o seguinte:
- 9.3.1- Se o licitante for matriz da empresa, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- 9.3.2- Se o licitante for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial, exceto a



certidão negativa de débitos relativos às contribuições previdenciárias e as de terceiros que poderão estar em nome da matriz;

- **9.4.** Os documentos deverão ser apresentados autenticados por processo de cópia autenticada por cartório competente, ou outro sistema, ou ainda por via eletrônica (internet), desde que devidamente autorizado pelo órgão competente.
- **9.5**. A critério do Pregoeiro poderão ser solicitados esclarecimentos, assim como serem efetuadas diligências, visando a conformar a capacidade técnica, gerencial e administrativa das empresas concorrentes.
- **9.6**. A não apresentação da proposta de preços e/ou dos documentos de habilitação exigidos por parte da empresa classificada em 1º lugar, dentro do prazo estabelecido ocasionará a desclassificação da licitante, sendo convocados, por ordem de classificação, os demais participantes do processo licitatório.
- **9.7.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital:
- 9.7.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 9.7.2. Em atendimento à Lei Complementar nº.123/06, uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 9.7.3. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- **9.8.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- **9.9.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10 - IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

- **10.1.** Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- **10.2.** A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica, diretamente no sitio www.portaldecompraspublicas.com.br.
- 10.3. Não serão aceitos impugnações e recursos encaminhados por e-mail.
- **10.4.** Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- **10.5.** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública,



- exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.
- **10.6.** O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de três dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 10.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- **10.8.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

11 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 11.1. Caberá recurso nos casos previstos na Lei n.º 10.520/02, devendo o licitante manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.
- 11.1.1. A Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pela pregoeira.
- 11.2. A licitante, que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pela pregoeira, disporá do prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- **11.3.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pela Pregoeira ao vencedor.
- **11.4.** O recurso contra decisão da Pregoeira não terá efeito suspensivo.
- 11.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- **11.6.** Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por e-mail, correios ou entregues pessoalmente.
- 11.7. Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos desta licitação, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

12- DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DOS PREÇOS

- **12.1-** Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará pela adjudicação do objeto licitado, o que posteriormente será submetido à autoridade competente.
- **12.2**No caso de interposição de recurso, após proferida a decisão, serão adotados os mesmos procedimentos já previstos neste edital para adjudicação e homologação do resultado dalicitação.
- 12.3- A autoridade competente adjudicará o objeto licitado ao vencedor do certame e homologará o resultado da licitação, convocando o adjudicatário a assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de no máximo, 10 (dez) dias consecutivos, a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo junto ao Município.
- 12.4- A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de



validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar a Ata, retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação independentemente da cominação do art. 81 da Lei Federal 8.666/93.

- **12.5-** Decorrido o prazo do item 12.3, dentro do prazo de validade da proposta, e não comparecendo à Prefeitura o proponente convocado para a assinatura da Ata, será ele havido como desistente, ficando sujeito às seguintes sanções, aplicáveis isolada ou conjuntamente:
- 12.5.1- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global de sua proposta;
- 12.5.2 Impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 05 (cinco) anos.
- **12.5.3** A multa de que trata o item 12.5.1 deverá ser recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que a tenha aplicado, garantida a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

13- DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- **13.1-** A Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.
- 13.2- Nos termos do art. 15 § 4º da Lei Federal nº 8666/93, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Município de Santo Antônio da Patrulha não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, dos materiais objeto da Ata, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

14 - RESPONSABILIDADES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

- **14.1-** Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- **14.2-** Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo **CONTRATANTE.**
- **14.3-** Indenizar terceiros por prejuízos que vier a causár-lhes, em decorrência do fornecimentodo objeto contratual, sem prejuízo de suas responsabilidades.
- **14.4-** Comunicar, por escrito, na forma do estabelecido neste instrumento, qualquer anormalidade que, eventualmente, apure ter ocorrido no fornecimento do bem.
- 14.5- Não transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia autorização do CONTRATANTE.
- **14.6-** Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte ecinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.
- **14.7-** Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais que correrão por conta exclusivas da **CONTRATADA**.
- **14.8-** Substituir no prazo máximo de três dias, pessoa sob a sua responsabilidade, que esteja prejudicando o bom andamento dos trabalhos.
- **14.9-** Prestar informações exatas, e não criar embaraços à fiscalização que será realizada pela servidora Silvia Maria Rafaeli Collar.
- **14.10** Durante toda a vigência do contrato, toda correspondência enviada pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, referente ao objeto do contrato, deverá ser encaminhada, exclusivamente por meio do fiscal, ou preposto indicado pelo Município.



14.11 – Assumir inteira e expressa responsabilidade, pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas, resultantes da execução dos serviços decorrentes desta licitação.

15 - RESPONSABILIDADE DO TOMADOR DE SERVIÇOS

- **15.1** Fiscalizar os serviços prestados a fim de que seja cumprido o disposto no presente Edital e no contrato, através da servidora Silvia Maria Rafaeli Collar.
- **15.2** Efetuar o pagamento pelos serviços prestados conforme o estabelecido no presente Edital.
- **15.3** Em caso de atraso no pagamento das parcelas contratuais, o contratante pagará juros de 0,5% ao mês, calculado sobre o valor da parcela vencida.

16 - RESCISÃO

16.1- A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordocom o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, e em casos omissos, a legislação civil em vigor.

17 - PENALIDADES

- 17.1Salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, nos casos de descumprimento contratual pela CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá decidir pela RESCISÃO CONTRATUAL, independentemente das seguintes penalidades, bem como reparar os danos/prejuízos causados.
 - a) deixar de apresentar documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado da contratação;
 - b) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado da contratação;
 - c) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;
 - d) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 05 dias, após os quaisserá considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato; desde o primeiro dia de atraso.
 - e) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 3 anos e multa de 8% sobre o valor atualizado do contrato;
 - f) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;
 - g) causar prejuízo material resultante diretamente da execução ou inadimplência contratual: declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato, bem como reparar o dano/prejuízo causado;
 - h) as penalidades da CONTRATADA serão registradas no cadastro de Fornecedores arquivados no Departamento de Compras e Licitações;
 - i) nenhum pagamento será efetuado pela CONTRATANTE enquanto houver pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta ao CONTRATADO em virtude de



penalidade ou inadimplência contratual;

- j) da aplicação das penas definidas nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g" do item 17.1, caberá recurso no prazo de 03 (três) dias, contados da intimação;
- k) A defesa prévia ou pedido de reconsideração relativa às penalidades dispostas será dirigido ao Sr. Prefeito Municipal que decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- l) os valores atualizados dos contratos se darão através do IPCA, conforme Decreto Municipal nº.132/2021.

18 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos orçamentários para fazer frente às despesas da presente licitação serão alocados quando da emissão da Nota de Empenho

19 - DO PAGAMENTO

- 19.1- O pagamento será em até 15 dias após apresentação dos respectivos documentos de cobrança, após a realização dos serviços e a liberação da fiscal Silvia Maria Rafaeli Collar, atestando no verso da respectiva nota fiscal o cumprimento dos serviços.
- 19.2- A fatura deverá vir em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, acompanhada da Certidão Negativa da RF e da PGFN e as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do § único do Art. 11 da Lei 8.212/91; prova de regularidade junto ao FGTS, bem como, relatório SEFIP/GFIP do mês da cobrança e respectivo comprovante de quitação, ou outro que substitua em decorrência das alterações impostas pela Legislação do E-Social, juntamente com o comprovante de pagamento do FGTS e INSS, recibo de pagamento dos salários dos empregados e pagamento de eventuais autônomos que prestarem o respectivo serviço.
- 19.3- A fatura relativa aos serviços executados deverá conter as quantidades e valores de todos os serviços executados, devendo constar obrigatoriamente, no corpo das Notas Fiscaisos dados bancários para pagamento, o nº. do Pregão e o nº. do empenho prévio emitido por esta Prefeitura, bem como deverá conter as assinatura do fiscal no verso da Nota Fiscal.

20 - DISPOSIÇÕES GERAIS

- **20.1.** É facultado a Pregoeira Oficial, auxiliada pela Equipe de Apoio, proceder em qualquerfase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.
- **20.2.** A critério da Administração o objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com o artigo 65, inciso I, alínea "b" c/c o § 1º do mesmo artigo, tudo da Lei n.º 8.666/93, e suas alterações posteriores.
- **20.3.** Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, situado na Av. Borges de Medeiros, 456, Santo Antônio da Patrulha RS, CEP 95 500-000, de segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 13h às 17h ou pelo e-mail: licitacoespmsap@gmail.com ou telefone (51) 36628416.
- **20.4.** Os casos omissos serão resolvidos pela Pregoeira, que decidirá com base nas Leis nº.8.666/93, nº.10.520/02 e Lei Complementar nº.123/06, além da Legislação vigente em vigor.
- **20.5.** O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.
- 20.6. Não havendo expediente na Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, nadata



marcada, a reunião realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente na mesma hora e local.

20.7. O Município de Santo Antônio da Patrulha se reserva ao direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

20.8- Na hipótese de procedimento judicial, fica eleito o Foro da Comarca de Santo Antônio da Patrulha – RS, conforme § 2º do artigo 55 da lei nº. 8.666/93.

20.9. Integram este Edital:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II – Projeto Básico;

ANEXO III – Modelo de Planilha orçamentária;

ANEXO IV - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Santo Antônio da Patrulha-RS, 23 de agosto de 2021.

Mariana Castilhos de Souza Pregoeira

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIAPREGÃO ELETRONICO Nº.078/2021 REGISTRO DE PREÇOS

1 - DO OBJETO

É objeto desta licitação a contratação de empresa prestação de serviços conforme segue:

ITEM	QTD	UN	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR DE REFERÊNCIA
01	4.000	hora	Prestação de serviços de manutenção predial, para atender as Escolas da Rede Pública Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental, bem como os prédios administrativos da Secretaria Municipal da Educação. Os serviços serão prestados conforme Projeto Básico – Anexo II.	R\$ 17,48

1.1 Observações do Objeto:

- 1.1.1 A prestação dos serviços será realizada por horas, sempre que houver necessidade de execução dos mesmos.
- 1.1.2 Os interessados poderão vistoriar os locais onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existente, mediante prévio agendamento de horário junto à Secretaria Municipal de Educação pelo telefone (51) 3662-8650;
- 1.1.3 Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e do grau de dificuldade existente como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência deste processo;
- 1.1.4 Apresentação de pelo menos 01 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove a aptidão da empresa para desempenhar atividade compatível com o objeto a ser contratado

2 - JUSTIFICATIVA

- **2.1** Garantir a prestação dos serviços de conservação, manutenção e reformas necessárias nas Escolas da Rede Pública Municipal e nos prédios administrativos da Secretaria Municipal da Educação, indicados neste Termo de Referência;
- **2.2**. Inexistência de cargos no quadro municipal que atendam à demanda exigida para tais serviços. Ademais, há a necessidade de melhorar e conservar a infraestrutura existente disponibilizada para as atividades de ensino, justificando assim, a solicitação de contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção predial.

Santo Antônio da Patrulha, 23 de agosto de 2021.

Mariana Castilhos de Souza Pregoeira

ANEXO II - PROJETO BÁSICO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECILIZADA PARA REALIZAR MANUTENÇÃO PREDIAL EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL E PRÉDIOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

ANOTAÇÕES GERAIS

Projeto Básico das Escolas da Rede Pública Municipal e prédios administrativos da Secretaria da Educação

SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E REPAROS

- A prestação de serviços será realizada por horas, sempre que houver necessidade para atendimento das demandas apresentadas, durante o horário de funcionamento das Escolas da Rede Pública Municipal, bem como prédios administrativos da Secretaria Municipal da Educação, compreendido de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h;
- A empresa contratada deverá fornecer uniforme e EPIS essenciais para execução dos serviços solicitados;
- Vigência da Ata: 12 meses;
- Fiscal do Contrato: Silvia Maria Rafaeli Collar;
- Após solicitação da realização de determinado serviço, a qual será remetida por responsável da fiscalização da presente Ata, a empresa deverá iniciar a execução do mesmo em até 3 (três) dias úteis.

DESCRIÇÃO DOS SERVICOS A SEREM REALIZADOS

- Assentar portas e painéis divisórios;
- Auxiliar na instalação de transformadores e disjuntores, obedecendo às normas e esquemas específicos para o perfeito funcionamento dos mesmos;
- Capacidade comprovada em utilizar ferramentas elétricas e manuais (por exemplo, alicates para desencapar fios, voltímetros etc.) e desenhos e plantas elétricas;
- Colocação, substituição ou reparos em telas de proteção contra insetos;
- Conectar a fiação elétrica em circuitos e redes, garantindo a compatibilidade dos componentes;
- Correção de vazamentos nas tubulações, louças e metais sanitários, registros, chuveiros, válvulas, sifões, caixas d'água;
- Desentupimento de instalações de esgoto sanitário e de águas pluviais;
- Detectar e sanar problemas em forros de madeira, de gesso, pvc, entre outros.
- Detectar e solucionar pontos de umidade existentes;
- E quaisquer outras tarefas que se fizerem necessárias e não especificadas aqui que condizem com as atribuições técnicas dos serviços descritos no objeto



- Efetuar manutenção da rede telefônica, instalando e consertando aparelhos para garantir o perfeito funcionamento dos mesmos:
- Em todos os casos deverão ser substituídos os materiais considerados impróprios e efetuados os reparos que garantam o efetivo funcionamento dessas instalações.
- Executar efetivamente os procedimentos adequados de solução de problemas para identificar riscos ou falhas e reparar ou substituir unidades danificadas;
- Fazer diagnostico de rede, a fim de evitar avarias de sistema com a inspeção para posterior substituição da fiação antiga e dos cabos de isolação assim como a limpeza dos circuitos;
- Inspeção geral das caixas coletoras e de gorduras, procedendo à retirada de materiais sólidos, óleos e gorduras.
- Inspecionar as instalações primárias e secundárias dos esgotos, pontos de visitas, caixas de inspeção, de areia e geral e limpá-las;
- Inspecionar telhados, identificando goteiras e infiltrações, substituindo telhas quebradas e/ou deslocadas e colocação de manta asfáltica;
- Instalação de louças e metais sanitários novos;
- Instalar aparelhos elétricos como ventiladores de teto e parede;
- Instalar e efetuar manutenção de instalação elétrica preventiva, corretiva, preditiva de acordo com esquemas específicos e com as necessidades de cada caso;
- Instalar redes ou ramais de água e esgoto com materiais adequados.
- Limpar caixas de passagens;
- Limpeza das calhas e descidas d'água;
- Manutenção em rede elétrica, reparação de fiação elétrica;
- Preparação de superfícies de metal, tratamento antiferrugem e pintura.
- Preparar e montar conduítes e conectar a fiação elétrica através deles;
- Promover os reparos e substituir, quando necessário, as peças defeituosas.
- Realizar em instalações e montagens elétricas efetuando cortes em paredes e pisos, abrindo valetas para eletrodutos e caixas de passagens, lançando fios e preparando caixas e quadro de luz.
- Realizar lubrificação e manutenção nas portas de vidro, portões e dobradiças das portas de divisórias e esquadrias de alumínio e madeira.
- Realizar reparos em reboco e massa corrida;
- Realizar serviços de manutenção elétrica em geral, em baixa e alta tensão da rede elétrica, em quadros de distribuição de energia, trocando luminárias, lâmpadas e reatores e efetuando a limpeza e desobstrução de eletrodutos;
- Realizar serviços em até 8 metros de altura;
- Reforma de bancos e mesas em madeira e concreto dos pátios das Escolas;



- Remover, quando solicitado pela fiscalização, painéis divisórios e reinstalá-lo em um novo local;
- Reparar ou construir forros de gesso acartonado ou removíveis;
- Reparar ou construir paredes drywall;
- Reparos de emergência;
- Reparos em coberturas, lajes e paredes de alvenaria;
- Repintura de locais onde não se configura pintura total do prédio;
- Retocar partes de paredes e tetos onde foram executados serviços elétricos e hidráulicos,
 com massa, gesso e pintura;
- Retoques de pintura em locais onde se efetuaram reparos elétricos, hidráulicos e alvenaria ou remanejamento de móveis, equipamentos e divisórias;
- Retoques ou consertos com massa corrida em paredes.
- Revisão das condições gerais de impermeabilização;
- Revisão das condições gerais de mármores e granitos;
- Revisão das condições gerais de revestimentos, pisos, rodapés e soleiras;
- Revisão de juntas de dilatação;
- Revisão e reparo das condições gerais em madeira, elementos metálicos (gradis) e alvenaria;
- Revisar, regular ou substituir, se necessário, grades, portões, fechaduras, ferragens, pinos, travas e molas de portas, janelas e divisórias;
- Substituição de partes danificadas de divisórias;
- Substituição e colocação de peças em madeira e ferro dos playgrounds e brinquedos, assim como revisão para detecção de possíveis problemas estruturais das pracinhas escolares;
- Substituição ou colocação de tela, mourões e pilares referente ao cercamento da Escola;
- Substituir massas ou borrachas endurecidas e ressecadas dos painéis de vidro;
- Substituir peças ou áreas danificadas dos diversos tipos de piso (cerâmica, Paviflex, taco, assoalho e etc.);
- Substituir portas e janelas que não possam ser recuperadas.
- Substituir vidros trincados ou quebrados de portas e janelas;
- Testar as instalações executadas, fazendo-as funcionar em situações reais, para comprovar a exatidão dos trabalhos;
- Testar continuidade de esgotamento das tubulações verticais de esgoto;
- Tratamento de infiltrações e vazamentos em coberturas e lajes
- Troca de lâmpadas e refletores, torneiras elétricas e chuveiros;
- Verificação da situação dos vidros e ferragens das esquadrias;



- Verificação das condições gerais de estruturas, desenvolvimento de trincas e acomodações de terreno;
- Verificação e detecção da existência de vazamento na tubulação, registros e válvulas, por utilização de equipamento específico;
- Verificar as condições das bancadas, divisores e outros elementos em banheiros, copas, efetuando as vedações com silicone, quando necessário;
- Verificar as válvulas de descarga e proceder com a troca desta ou dos reparos, se necessário;
- Verificar caixa de descarga acoplada e proceder com a troca do reparo, quando necessário;
- Verificar caixas e ralos sanfonados e secos;
- Verificar e ajustar ferragem e fechaduras das portas e janelas;
- Verificar e sanar vazamentos e problemas de assentamentos dos vasos sanitários, inclusive com troca do anel de vedação e rejunte;
- Verificar e substituir rodízios, rolamentos e peças com defeitos ou que apresente desgaste do portão de acesso;
- Verificar o estado das tubulações e conexões;
- Verificar parafusos de fixação dos vasos sanitários;
- Verificar tubulações de esgoto entupidas e desentupi-las, quando necessário;
- Verificar vasos entupidos e desentupi-los, quando necessário;
- Verificar visualmente e reparar vazamentos nas torneiras, pias, lavatórios, mictórios, válvulas de descarga, caixas acopladas, registros encanamentos ou outros que, porventura venham a ocorrer, evitando o desperdício de água;

MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A empresa contratada deverá dispor de, no mínimo, ferramentas para realização dos serviços, conforme abaixo relacionado:

- Alicate de bico chato;
- Alicate de corte diagonal;
- Alicate de corte frontal;
- Alicate desencapador;
- Alicate rebitador;
- Alicate universal;
- Alicates para bombas de água antifaiscante de cobre;
- Arco de serra fixo 12";



- Balde de pedreiro metálico 10 litros;
- Carrinho de mão 90 litros;
- Chave de Fenda 3/16" x 5" e 1/8" x 5";
- Chave grifo 14 polegadas;
- Chave Inglesa;
- Chave Philips 1,4;
- Colher de pedreiro 08 polegadas;
- Conjunto de chaves allen de 1,5 a 10 mm;
- Conjunto de chaves combinada de 06 a 22 mm;
- Cortador de tubo telescópico capacidade de ¼" a 1.3/8";
- Desempenadeira de aço dentada;
- Enxada larga 2,0;
- Escada tipo pintor e extensiva 4 metros;
- Esmerilhadeira industrial 1050 W;
- Espátula 12 cm em aço;
- Esquadro metálico 40 cm;
- Formão chanfrado 5/8 polegadas;
- Furadeira a bateria 12 v bivolt sem fio;
- Furadeira de impacto;
- Lápis carpinteiro;
- Lavadora alta pressão 1400 W;
- Lavadora alta pressão 1800 W;
- Lixadeira orbital 200w;
- Marreta quadrada 5 kg;
- Martelo;
- Multímetro ou alicate amperímetro para medições básicas de tensão, continuidade, corrente elétrica

e resistência;

- Nível bolha em alumínio;
- Pá ajuntadeira n°04;
- Pá de corte com cabo;
- Parafusadeira 12 V;
- Picareta com cabo;
- Pistola para pintura, pulverizador;
- Prumo de parede;
- Serra com arco fixo 12 polegadas;
- Serra mármore 1450 w;
- Serra tico-tico 500 W;



- Serrote 18 polegadas;
- Serrote cabo de madeira;
- Talhadeira redonda 10 polegadas;
- Torques armador 10 polegadas;
- Trena 7,50 metros.

Ademais, a empresa contratada deverá substituir os materiais que, por imprudência, negligência ou imperícia inutilizar, bem como em comprovado o desperdício ou extravio de material, será obrigada a restituí-los.

UNIFORME E EPIS PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A empresa contratada deverá fornecer, no mínimo, uniforme e EPIS essenciais para execução dos serviços solicitados, sendo:

- Camiseta;
- Calça;
- Bota de segurança;
- Óculos de proteção;
- Luvas.



LOCAIS A SEREM CONTEMPLADOS COM O SERVIÇO

Escolas Educação Infantil	Endereço		
EMEI Algodão Doce	Rua Antônio Machado de Castilhos, 256, Vila Palmeira, 2º Distrito.		
EMEI Baby Pinguinho	Avenida Coronel Victor Vila Verde, nº 790. Centro.		
EMEI Balão Mágico	Rua João Adair Ramos, 103. Portão I		
EMEI Bem-Me-Quer	Travessa Sérgio Luckman, s/nº, Evaristo.		
EMEI Costinha	Rua Otávio Benjamim, 54, Costa da Miraguaia, 2º Distrito.		
EMEI Fatia do Sol	Travessa Paladino, s/n.º, Madre Tereza		
EMEI Ilha Encantada	Rua Antônio Silveira Gularte, 76, Vila Ilha da Lagoa dos Barros		
EMEI Menino Deus	Rua Adelaide Peixoto Monteiro, 245, Bairro Menino Deus – Centro		
EMEI Moranguinho	Rua Marçal dos Santos Souza, 56, Bairro Loteamento Solar – Centro		
EMEI Pequeno Aprendiz	Rua João Pedroso da Luz, 1584, Bairro Várzea – Centro		
EMEI Pinguinho de Gente	Rua Oscar Ferreira de Jesus, 214, Bairro Bom Princípio – Centro		
EMEI Soneca	Rua Tomás Bento Cardoso, 104, Bairro Lomba da Páscoa – Centro		
EMEI Branca de Neve	Estrada Monjolo, 5º Distrito – Interior.		

Escolas de Ensino Fundamental	Endereço		
EMEF Ângelo Tedesco	Rua Francisco Viana, 207.Bairro Vila Assis Brasil		
EMEF Antônio Laureano C.	Rua Alcides Cardeal de Souza, 232. Bairro Vila Laureano		
Filho			
EMEF Doze de Outubro.	Estrada Walmiro Modinger, 17052. Imbiruçú		
EMEF Érico Veríssimo.	Localidade- Chicolomã- 6° Distrito		
EMEF Guilherme Kämpgem	Localidade de São José da Data- 03° Distrito		
EMEF Hilda Lopes da Luz	Localidade de Canto dos Guilhermes - 5° Distrito		
EMEF José de Anchieta	Localidade Montenegro		
EMEF José Antunes dos Santos	Localidade Morro Agudo		
EMEF José Inácio Machado	Localidade Serraria Velha		
Ramos			
EMEF José Telmo Martins	Localidade Sertão do Cantagalo		
EMEF Madre Teresa	Rua Alípio Selistre, 177. Bairro Madre Teresa.		



EMEF Manoel Machado dos	Localidade de Arroio da Madeira.
Santos	
EMEF Nercy Rosa	R. Adelaide Peixoto Monteiro, 255. Bairro Menino Deus.
EMEF Nossa Senhora de	Rua Otávio Luis da Silveira, 31. Bairro Lomba da Páscoa.
Fátima	
EMEF Nossa Senhora	Localidade, de Cantão II- Boa Vista.
Medianeira	
EMEF Santa Inês I	Rua Oscar Ferreira de Jesus, 116. Bairro Bom Princípio.
EMEF Santa Inês II	Rua Francisco Borges de Lima, 713. Bairro Bom Princípio.

Prédios Administrativos	Endereço		
Secretaria Municipal da	Av. Borges de Medeiros, 481, Bairro, Cidade Alta.		
Educação			
Polo Universitário Santo	Rua Barão do Cai, Bairro Cidade Alta		
Antônio			
Centro de Atendimento	Av. Cel Victor Villa Verde, 710, Bairro Pitangueiras.		
Educacional Especializado -			
CAEE			
Depósitos da Merenda Escolar e	Av. Borges de Medeiros, Bairro Cidade Alta.		
Almoxarifado.			

Secretaria Municipal da Educação Responsável pela Elaboração do Projeto Básico

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA - RS PLANILHA - OFICIAL DE MANUTENÇÃO PREDIAL - SEMED

Dados da CCT		
Município/UF		Santo Antônio da Patrulha/RS
Serviço		Manutenção predial
Categoria		Auxiliar de manutenção predial
СВО		5143
CCT nº		RS000051/2021
Data base		1º de janeiro
Salário normativo	220	R\$ 1.184,93

Vale-alimentação	nº	valor	desconto
	1	18,20	19,00%
Vale-transporte	nº	valor	desconto
	2	5,15	6%
		descont	o prop 12x36
			50%
Plano de benefício social familiar		15,62	

Dados p/cálculo de Avis	ano	proporc.	Dias aviso	
Nº meses no emprego 12		30	0	30
Percentuais por tipo de				
Sem justa causa indeniza	55,73%			
Sem justa causa trabalha	6,19%			
Com justa causa	3,08%			
Outros tipos de desligamento		35,00%		

Dados para cálculo de reposição de profissional ausente

	Incidência	Legal da	12	
Categoria	Anual	Ausência	de Dias	Reposição
Férias	1	30	69,04%	20,7123
Ausência justificada	1	1	100,00%	1,0000
Acidente trabalho	0,1642	15	69,04%	1,7000
doença	1	5	69,04%	3,4521
Consulta médica filho	0,1531	2	100,00%	0,3063
Óbitos na família	0,0301	2	69,04%	0,0415
Casamento	0,0163	3	100,00%	0,0489
Doação de sangue	0,02	1	100,00%	0,0200
Testemunho	0,004	1	100,00%	0,0040
Paternidade	0,042	20	69,04%	0,0600
Maternidade	0,0038	180	69,04%	3,2820
Consulta pré-natal	0,0003	6	100,00%	0,0132
			Total	30,6403

Nº de meses de execução contratual	12
Dias úteis no ano	252
Média de dias mês	21

Nº de horas mês

PLANILHA DE CUSTOS -AUX. MAN. PREDIAL 200H - SIMPLES NACIONAL

MÓDULO I - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO						
	200 horas % R\$					
Salário-Base				1.077,21		
Total do Módulo 1 1.077,21						

MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		
Submódulo 2.1 - 13º Salário e Adicional de Férias		
	%	R\$
13º Salário	8,33%	89,77
Adicional de férias	33,33%	29,92
	Total	119,69

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários, (FGTS) e outras contribuições			
Base de cálculo (M1+2.1) 1.196,90		%	R\$
INSS		20,00%	239,38
Salário Educação		2,50%	
SAT		3,00%	35,91
SESC ou SESI		1,50%	
SENAI - SENAC		1,00%	
SEBRAE		0,60%	
INCRA		0,20%	
Sul	ototal - GPS	28,80%	275,29
FGTS	·	8,00%	95,75
	Total	36,80%	371,04

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários	
	R\$
Transporte	216,30
Auxílio-Refeição/Alimentação	309,58
Plano de Benefício Social Familiar	15,62
Seguro	
Outros (especificar)	
Total	541,50

Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários	
	R\$
Submódulo 2.1 - 13º Salário e Adicional de Férias	119,69
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários e FGTS	371,04
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários	541,50
Total do Módulo 2	1.032,23

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO		
Submódulo 3.1. Aviso Prévio Indenizado	%	RŞ

Subtotal do Submódulo 3.1		113,34
Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso	40%	21,34
Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	8%	6,81
Aviso Prévio Indenizado		85,18

Submódulo 3.2. Aviso Prévio Trabalhado		
Aviso Prévio Trabalhado		10,88
Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o	36,80%	4,00
Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso		2,37
Subtotal do Submódulo 3.2		17,26

Submódulo 3.3 Demissão por Justa Causa	R\$
Desconto do Submódulo 2.1	-3,69
Subtotal do Submódulo 3.3.	-3,69
Resumo do Módulo 3 - Provisão para rescisão	R\$
Submódulo 3.1. Aviso Prévio Indenizado	113,34
Submódulo 3.2. Aviso Prévio Trabalhado	17,26
Submódulo 3.3 Demissão por Justa Causa	-3,69
Total do Módulo 3	126,91

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE Ausências Legais

Dados para cálculo de profissional ausente

Categoria		Duração Legal	40	h	
105,85	Incidência Anual	da Ausência	Dias afetados	Reposição	Valor
Férias	1,0000	15	69,04%	10,3560	91,3455
Ausência justificada	1,0000	1	100,00%	1,0000	8,8205
Acidente trabalho	0,1642	15	69,04%	1,7005	14,9989
Afastamento por doença	1,0000	5	69,04%	3,4520	30,4485
Consulta médica filho	0,1531	2	100,00%	0,3062	2,7008
Óbitos na família	0,0301	2	69,04%	0,0416	0,3666
Casamento	0,0163	3	100,00%	0,0489	0,4313
Doação de sangue	0,0200	1	100,00%	0,0200	0,1764
Testemunho	0,0040	1	100,00%	0,0040	0,0353
Paternidade	0,0420	20	69,04%	0,5799	5,1153
Maternidade	0,0038	180	69,04%	0,4722	4,1654
Consulta pré-natal	0,0003	6	100,00%	0,0018	0,0159
	_		Total	17,9831	158,62
MÓDILLO E INICIAMOS DIVERSOS					

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS Total 302,30

TOTAL DOS MÓDULOS 1 a 5	R\$
Módulo 1 - Composição da Remuneração	1.077,21
Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	1.032,23
Módulo 3 - Provisão para Rescisão	126,91
Módulo 4 - Reposição do Profissional Ausente	158,62

Total	2.697,27
Módulo 5 - Insumos Diversos	302,30

MÓDULO 6 - BDI - CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS			
	Base cálculo	Percentual	R\$
Custos indiretos	2.697,27	10,00%	269,73
Lucro	2.967,00	10,00%	296,70
Tributos			
PIS	3.496,19	0,65%	22,73
COFINS	3.496,19	3,00%	104,89
ISS	3.496,19	3,00%	104,89
Total de tributos		6,65%	232,50
Total do Módulo 6		26,65%	798,92

TOTAL DOS MÓDULOS 1 A 6	R\$
Módulo 1 - Composição da Remuneração	1.077,21
Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	1.032,23
Módulo 3 - Provisão para Rescisão	126,91
Módulo 4 - Reposição do Profissional Ausente	158,62
Módulo 5 - Insumos Diversos	302,30
Módulo 6 - BDI	798,92
Total mês por posto	3.496,19

Custo Hora	17,48
------------	-------



ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS °.___/2021 PROCESSO Nº.110/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº.078/2021. VALIDADE: / /2022

Aos dias do mês de de 2021, o Município de Santo Antônio da Patrulha/RS,neste
ato representado por seu Prefeito, doravante denominado MUNICÍPIO, e a empresa
pelo seu representante infra-assinado, doravante denominada PRESTADORA,
nos termos do art. 15 da lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, com as alterações nela
inseridas pela Lei Federal nº 8.883 de 9 de junho de 1994, Lei Federal nº 10.520/2002, Lei
Complementar nº.123/2006 e Decretos Municipais n.º 565/2005 e 126/2012 e das demais normas
legais aplicáveis e, considerando o resultado da PREGÃO ELETRÔNICO Nº.078/2021, para
REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as
disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1 - Através da presente ata fica registrado o preço de empresa para Prestação de Serviços de manutenção predial, conforme especificados abaixo:

ITEM	QTD	UN	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR POR HORA
01	4.000	hora	Prestação de serviços de manutenção predial, para atender as Escolas da Rede Pública Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental, bem como os prédios administrativos da Secretaria Municipal da Educação. Os serviços serão prestados conforme Projeto Básico – Anexo II.	R\$

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 meses, contados a partir da data de assinatura.
- 2.2 Os serviços decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 078/2021**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA III - DO PAGAMENTO

- 3.1 O pagamento será em até 15 dias após apresentação dos respectivos documentos de cobrança, após a liberação da fiscal Silvia Maria Rafaeli Collar, atestando no verso da respectiva nota fiscal o cumprimento dos serviços.
- 3.2- A fatura deverá vir em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, acompanhada da Certidão Negativa da RF e da PGFN e as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do § único do Art. 11 da Lei 8.212/91; prova de regularidade junto ao FGTS, bem como, relatório SEFIP/GFIP do mês da cobrança e respectivo comprovante de quitação, ou outro que substitua em decorrência das alterações impostas pela Legislação do E-Social, juntamente com o comprovante de pagamento do FGTS e INSS, recibo de pagamento dos salários dos empregados e pagamento de eventuais autônomos que prestarem o respectivo serviço.
- 3.3- A fatura relativa aos serviços executados deverá conter as quantidades e valores de todos os



serviços executados, devendo constar obrigatoriamente, no corpo das Notas Fiscais os dados bancários para pagamento, o nº. do Pregão e o nº. do empenho prévio emitido por esta Prefeitura, bem como deverá conter as assinatura do fiscal no verso da Nota Fiscal.

CLÁUSULA IV – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1 A prestação de serviços será realizada por horas, sempre que houver necessidade para atendimento das demandas apresentadas, durante o horário de funcionamento das Escolas da Rede Pública Municipal, bem como prédios administrativos da Secretaria Municipal da Educação, compreendido de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h;
- 4.2 A empresa contratada deverá fornecer uniforme e EPIS essenciais para execução dos serviços solicitados;
- 4.3 Após solicitação da realização de determinado serviço, a qual será remetida por responsável da fiscalização da presente Ata, a empresa deverá iniciar a execução do mesmo em até 3 (três) dias úteis.
- 4.4 A prestação dos serviços deverá obedecer ao Projeto básico em anexo.

CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES

- 5.1 Do Município:
- 5.1.1. <u>Atestar nas notas fiscais/ faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela Nota de Empenho;</u>
- 5.1.2. Aplicar à Detentora da Ata penalidades, quando for o caso;
- 5.1.3. Prestar à Detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Empenho;
- 5.1.4. Efetuar o pagamento à Detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;
- 5.1.5. Notificar, por escrito, à Detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.
- 5.2 Da Detentora da Ata:
- 5.2.1. Prestar os serviços conforme as especificações e com a qualidade exigidas;
- 5.2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;
- 5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;
- 5.2.4. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulados na proposta.
- 5.2.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% do valor inicial atualizado do contrato se houver.

CLÁUSULA VI – DAS CONDIÇÕES

- 6.1 -As execuções dos serviços decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da Nota de Empenho pela detentora.
- 6.2 A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a execução deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.
- 6.3 Toda prestação de serviços deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de Nota de Empenho.
- 6.4 A empresa prestadora, quando do recebimento da Nota de Empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

6.5 A cópia da Nota de Empenho será anexada ao processo de administração da ata.

CLÁUSULA VII – DAS PENALIDADES

- 7.1 Salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, nos casos de descumprimento contratual pela CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá decidir pela RESCISÃO CONTRATUAL, independentemente das seguintes penalidades, bem como reparar os danos/prejuízos causados.
- a) deixar de apresentar documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado da contratação;
- b) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado da contratação;
- c) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;
- d) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 05 dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato; desde o primeiro dia de atraso.
- e) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 3 anos e multa de 8% sobre o valor atualizado do contrato;
- f) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;
- g)causar prejuízo material resultante diretamente da execução ou inadimplência contratual: declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato, bem como repara o dano/prejuízo causado;
- h) as penalidades da CONTRATADA serão registradas no cadastro de Fornecedores arquivados no Departamento de Compras e Licitações;
- i) nenhum pagamento será efetuado pela CONTRATANTE enquanto houver pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta ao CONTRATADO em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;
- j) da aplicação das penas definidas nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g" do item 7.1, caberá recurso no prazo de 03 (três) dias, contados da intimação;
- k) A defesa prévia ou pedido de reconsideração relativa às penalidades dispostas será dirigido ao Sr. Prefeito Municipal que decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- l) os valores atualizados dos contratos se darão através de indice previsto em Decreto Municipal.

CLÁUSULA VIII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

- 8.1 Considerado o prazo de validade estabelecido no item 2.1 da Cláusula II, da presente Ata, e, em atendimento ao art. 2°, §1° da lei 10.192/01 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO N°.078/2021** o qual integra a presente Ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes nos Decretos Municipais n.º 565/2005 e 126/2012.
- 82 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.



CLÁUSULA IX - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:
- 9.1.1 a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;
- 9.1.2 a detentora não retirar qualquer Nota de Empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
- 9.1.3 a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração; observada a legislação em vigor;
- 9.1.4 em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração, com observância das disposições legais;
- 9.1.5 os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;
- 9.1.6 por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.
- 9.2 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.
- 9.3 Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal 8666/93, alterada pela Lei Federal 8883/94.
- 9.3.1 A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 10 (dez) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA X – DA AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 10.1 A Prestação dos Serviços da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo Ordenador de Despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Setor de Compras (ou à Comissão de Acompanhamento do Sistema de Registro de Preços), os quantitativos das aquisições.
- 10.1.1 A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA XI - DAS COMUNICAÇÕES

11.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA XII – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1- As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações respectivas para os exercícios de 2021 e 2022.

CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 13.1 Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/2021** e a proposta da empresa classificada em 1º lugar, nos itens citados na Cláusula I, no certame supranumerado.
- 13.2 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei Complementar nº.123/2006 e pelos Decretos Municipais n.º 565/2005 e 126/2012 no que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-á a Legislação Civil em vigor.

CLÁUSULA XIV - DO FORO

14.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Santo Antônio da Patrulha/RS, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Santo Antônio da Patrulha, __ de ___ de 2021.

Rodrigo Gomes Massulo Prefeito Municipal

Mariana Castilhos de Souza Pregoeira

Silvia Maria Rafaeli Collar. Fiscal

